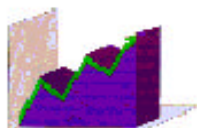


Correio Sindical Mercosul

Serviço de Notícias

15 de maio de 2000

Índices



Trabalho e Movimento Sindical

Mercosul

Empresas e Setores

Relações Externas

Notas e Correspondências

Apoio

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Edição

Consultoria Econômica e Social 1

Crisis en la provincia de Salta

Un muerto y doce heridos es el saldo de enfrentamientos entre manifestantes y policías argentinos en la provincia noroccidental de Salta.

Los manifestantes que habían iniciado un bloqueo de carreteras para reclamar subsidios para un programa de empleo, se enfrentaron con la policía que disparó balas de goma y gases para dispersar la protesta.

Entre los heridos por los enfrentamientos se encuentran 6 policías y 6 manifestantes. Mientras tanto, el trabajador fallecido habría sufrido un ataque al corazón posiblemente por efecto de los gases lacrimógenos, aunque las circunstancias de su muerte no se confirmaron.

La protesta se daba contra el recorte que sufrió el denominado "Plan Trabajar" que pagaba a los desocupados hasta 200 pesos mensuales por limpiar las calles o realizar otras tareas públicas. El gobierno recortó los fondos de ese programa para cumplir con las metas impuestas por el Fondo Monetario internacional.

La Policía militarizada y gendarmes de frontera se lanzaron antes del amanecer contra centenares de camioneros que bloqueaban desde el 2 de mayo el acceso a una refinería de petróleo. El bloqueo afectaba la carretera de comunicación con Bolivia. Los manifestantes también incendiaron la Alcaldía de General Mosconi, localidad en la que también saquearon comercios.

Desde hace 6 años, Argentina tiene una tasa de desempleo de dos dígitos. Sin embargo, las provincias del noroeste argentino han estado por encima del promedio nacional en materia de desempleo y subempleo. (Agencia Pulsar, 13/05/2000)

Contag lidera ato em Brasília contra aprovação do salário mínimo e é recebida pelo Presidente FHC

No dia 11 de maio militantes da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) foram a presença mais importante no ato convocado pela CUT e outras entidades do movimento popular para protestar contra a aprovação do salário mínimo de R\$ 151,00. A Contag trouxe cerca de 120 ônibus a Brasília para o chamado "Grito da Terra" e representava mais de 60% do ato de cerca de 10 mil pessoas.

Na mesma data o presidente da Contag, Manoel dos Santos, juntamente com o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, foi recebido pelo Presidente FHC que anunciou o aumento de R\$ 2,5 bilhões nos recursos administrados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para atender principalmente reivindicações da Contag a favor de agricultores familiares e tentar esvaziar propostas do MST para a reforma agrária.

As principais medidas anunciadas incluem a eliminação de correção monetária e a adoção de juros fixos de 3% ao ano nos novos empréstimos e nas dívidas contraídas de 95 a 97 pelos pequenos agricultores no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

"Não estamos satisfeitos, mas obtivemos algumas vitórias parciais", disse o presidente da Contag. A entidade reivindicava aumento de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 8,5 bilhões nos recursos do Pronaf, além da elevação das metas de assentamento e agilização na vistoria de terras. Tanto Santos como o presidente da CUT disseram que não aceitam as tentativas do governo de colocar o MST no isolamento. (FSP, 11/05/2000).

Sindicatos de las empresas estatales uruguayas realizaron paro

Según la primera evaluación de la mesa coordinadora de entes, más de tres mil trabajadores participaron ayer en Montevideo de la movilización que paralizó las actividades de los organismos del Estado.

Los trabajadores se dirigieron en camiones al Ministerio de Economía, donde protestaron “contra la política económica del gobierno”. Más tarde se concentraron frente al Parlamento, donde los reclamos se centraron en los artículos que consideran “inconstitucionales” de la ley de urgencia. Finalmente, se presentaron en el Edificio Libertad, donde la mesa coordinadora de entes entregó un documento en el que se solicita la profundización de la negociación colectiva y nuevos convenios laborales.

Los dirigentes sindicales destacaron que “hacía años” que no se realizaba una movilización de estas características organizada por la mesa coordinadora de entes, con el apoyo de “numerosas organizaciones sociales”, entre las que destacó a la Organización de Jubilados y Pensionistas del Uruguay (Onajpu) y la de trabajadores de Conaprole. (*El Observador* 11/05/00)

Deflagrada a greve nacional dos servidores federais

No dia 10 de maio os servidores públicos federais entraram em greve e segundo o comando nacional de paralisação o índice de adesão em todos os segmentos do funcionalismo foi satisfatório e acima das expectativas da direção.

“Após mais de cinco anos de congelamento salarial, de total ausência de investimento em qualificação e atualização profissional do funcionalismo é hora de unir forças para reverter este quadro. Não é mais possível assistir ao fechamento de órgãos, à terceirização dos serviços, ao sucateamento dos equipamentos e locais de trabalho. Não dá mais para ver a população tendo um atendimento deficiente por total falta de condições do serviço público. Não dá para o servidor ser mais acusado de algo que é culpa da política do governo.(...)” dizem os grevistas.

Com relação à política de descentralização da Fundação Nacional de Saúde - decreto 3450/2000, publicado no dia 10 de maio- os sindicatos dos trabalhadores públicos federais denunciam que na verdade o governo promove a extinção da Fundação, demonstrando qual mais uma vez qual é seu projeto para a área social. “A greve é a única resposta possível. (...)” (*Comando Nacional de Greve dos Servidores Federais* 11.05.00)

Saúde entra em greve em São Paulo

Os funcionários estaduais da área da saúde, concentrados em frente ao Palácio dos Bandeirantes, decidiram, em assembléia, decretar greve da categoria, por tempo indeterminado, já a partir de hoje, 10 de maio. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, a greve deve paralisar cerca de 13 mil servidores em 13 hospitais públicos estaduais, com a orientação de manter apenas os serviços essenciais e de emergência.

Os funcionários reivindicam reajuste salarial de 67,8%, piso de três salários mínimos, regulamentação da jornada semanal de 30 horas para o setor administrativo e aumento vale alimentação de R\$ 2,00 para R\$ 8,40%.

Além dos trabalhadores da saúde os professores da rede estadual de São Paulo também estão em luta, assim como os professores e funcionários das três universidades públicas de São Paulo (USP, Unesp e Unicamp) estão em greve desde o dia 26 e 27 de abril reivindicando aumentos salariais - Desde 1988 não se via nas universidades públicas paulistas um movimento tão forte que unisse professores, estudantes e funcionários. (*Agencia CUT*, 10 e 11.05.00)

Reunión de la Coordinadora de Sindicatos del Sector Energético del Mercosur (COSSEM)

La reunión se realizó en la ciudad de Río de Janeiro el pasado 24 de abril con la participación de los Sindicatos de la Energía de los cuatro países del Mercosur.

En la misma se realizó una revisión del plan de actividades del presente año, acordándose la realización de varias actividades entre las cuales está la próxima reunión Plenaria los días 12 y 13 de junio, Seminario sobre Salud Ocupacional los días 12 y 13 de setiembre y un Encuentro de Mujeres de la COSSEM para el próximo mes de octubre.

Asimismo se resolvieron varias medidas en relación al conflicto de los trabajadores de SITRANDE (Paraguay), como el envío de notas solicitando solidaridad a las autoridades paraguayas y medios de prensa, al Presidente de la ICEM para América Latina y el Caribe, a las Embajadas paraguayas en los países del Mercosur. Asimismo se resuelve denunciar ante la OIT la violación de los convenios internacionales por despidos ilegales y la ley antihuelga recientemente aprobada en el Parlamento. Por otra parte se resolvió plantear la solidaridad para los compañeros de SITRANDE en la II Conferencia Regional Energética de ICEM, y proponer una delegación internacional para visitar Paraguay.

Por último se aprobó la consideración de los elementos básicos a tener en cuenta para el ingreso de nuevas organizaciones a la COSSEM. *(Corresponsal en Uruguay 12/05/00)*

Caravana dos trabalhadores da aviação vai à Brasília

O Sindicato Nacional dos Aeronautas e demais entidades representativas dos trabalhadores na aviação querem audiência com FHC e contatos com parlamentares . Para tanto realizarão no próximo dia 17 caravana a Brasília e ato no Congresso Nacional.

A Convocatória do SNA coloca claramente : "De duas uma: ou os aeronautas se mobilizam para garantir a sobrevivência das companhias; ou a categoria amargará o sabor do desemprego", e lembra os últimos acontecimentos que vêm inquietando a categoria : "O acordo operacional entre TAM e Transbrasil, implementado dia 3, vai reduzir vôos e frequências e pode gerar demissões, tendo em vista a devolução ao exterior de seis aeronaves pela Transbrasil.

A Vasp está na mais grave crise de sua história e todas as demais empresas, sem exceção, passam por dificuldades."

Formação profissional na América Latina

Sob o patrocínio da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical , o Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre Formación Profesional (CINTERFOR/OIT) realizará, entre os dias 17 e 19 de maio próximos, em São Paulo, Reunião Técnica sobre os Trabalhadores e a Formação Profissional na América Latina . A reunião responde ao interesse sindical sobre o tema da formação profissional, que se manifestou nas três últimas reuniões da Comissão Técnica (Jamaica 1995, Chile 1997, Uruguay 1999) e mais especificamente na última reunião quando o Grupo de Representantes dos Trabalhadores apresentou à CINTERFOR a necessidade de organizar um encontro regional de sindicatos para discutir três grandes temas: a articulação e inter-relação entre educação formal e educação profissional, a negociação da formação profissional e a participação sindical na gestão da formação profissional .

A partir das experiências sindicais na América Latina e Caribe estes três temas serão discutidos e se estabelecerá diretrizes e ferramentas para a cooperação técnica intersindical e multilateral. A reunião terá a participação de sindicalistas da UGT e da CCOO de España, que trarão suas experiências , bem como do pessoal do Departamento de atividades para o Trabalhador (ACTRAV/OIT) e especialistas do CINTERFOR . Maiores informações podem ser solicitadas a dirmvd@cinterfor.org.uy .

Uruguay: Marcha de Cooperativas de Viviendas no acepta recorte de préstamos.

"Jamás vamos a aceptar que exista un recorte a los préstamos de viviendas por ayuda mutua" dijo Gustavo González, Secretario General de la Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua, FUCVAM. La declaración la dio en el tramo final de la Marcha de

200 kilómetros que recorrió parte de Uruguay. González aseguró que el ánimo del medio centenar de personas que culminaron el martes este esfuerzo es alto, a pesar de algunas ampollas.

Hace tres días, el Ministro de Viviendas, Carlos Cat, manifestó que los recortes no serían del 50 por ciento anunciado sino del 25 por ciento. A través de su vocero, Gustavo González, la Federación contestó que no va a firmar ningún recorte.

La movilización de la Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua, FUCVAM, apunta a consolidar un presupuesto quinquenal nacional, que depende del gobierno nacional. Además, quiere consolidar la construcción de 5 mil viviendas con el mecanismo de ayuda mutua, un sistema reconocido a nivel mundial. (*Agencia Informativa Púlsar, 09.05.00*)

Fue aprobada la reforma laboral

La Cámara de Diputados convirtió en ley la reforma laboral. Con un total 121 votos en favor, 84 expresiones negativas y dos abstenciones, la Cámara baja hizo realidad uno de los deseos más acariciados por el Poder Ejecutivo y el proyecto más cuestionado por la CGT rebelde de Hugo Moyano.

En el medio de un debate parlamentario de cinco horas, la oposición y un sector disidente del oficialismo recordaron los conflictos sociales que existen en estos momentos en el interior. También destacaron que la nueva ley aumentará la precariedad laboral.

Desde el oficialismo, se defendió los alcances de una ley, que, a su juicio, no creará empleo, pero reactivará la economía. (*La Nación, 12-05*).

El Gobierno llamó a una mesa de diálogo social

El Gobierno convocará a sindicalistas y empresarios para conformar una mesa de diálogo social, se anunció ayer oficialmente.

Tras el respaldo obtenido con el triunfo electoral en Capital y la sanción definitiva de la reforma laboral, el Gobierno salió a buscar consensos para encarar un paquete de medidas económicas que le permitan frenar la sucesión de conflictos en el interior del país.

Hasta el momento, los intentos aislados para buscar el diálogo social corrieron por cuenta de la Iglesia, a través de la Pastoral Social. La oleada de protestas sociales en el interior —especialmente en el norte— encendieron una luz de alerta en la Rosada.

En juego están las urgencias de los 12 millones de pobres y las 455 mil familias indigentes que hay en la Argentina, según un relevo del Banco Interamericano de Desarrollo. Un país, en suma, en el que la canasta básica cuesta más de mil pesos y donde 9 millones de personas sobreviven con menos de 490 pesos mensuales.

La difícil situación social será uno de los temas principales de la megarreunión de gabinete y de legisladores a la que convocó el Presidente. (*Clarín, 12-05*).

CGT rebelde analiza plan de lucha

La central rebelde enumeró sus actividades al finalizar ayer una reunión del consejo directivo. En ese encuentro, hubo fuertes expresiones de rechazo a dos iniciativas que el Gobierno tiene en carpeta: el aumento de la edad jubilatoria de las mujeres (pasarían de 60 a 65 años) y la desregulación de las obras sociales.

Entusiasmado con el resultado que tuvo el paro de actividades del viernes pasado, Moyano confirmó que el próximo escalón del plan de lucha implementado por la CGT disidente contra el modelo económico vigente, será una movilización multisectorial contra el FMI. Coincidirá con la llegada al país de una misión de ese organismo, a fin de este mes, para supervisar la marcha de la economía argentina. (*Clarín, 10-05*).

Congreso Nacional de la CGT oficial

La CGT oficial realizó su Congreso donde pidió un espacio para discutir el plan económico. Reclamó también una audiencia inmediata con el Presidente. Daer y compañía dijeron que una

mesa de concertación es la única salida contra la crisis social. Y que si no los convocan, habrá conflicto en puerta.

Al para advertir que si la convocatoria del oficialismo no se concreta, el sindicalismo dialoguista podría ser tan o más conflictivo que la CGT disidente del camionero Hugo Moyano.

Ese fue el perfil más notorio que tuvo el congreso nacional de la CGT oficial, donde los jefes y congresales de los gremios alineados en la central encabezada por Rodolfo Daer, terminaron prorrogando su mandato hasta el 10 de agosto.

"No puede haber consenso oficial perdurable, si el prometido crecimiento continúa deparando desocupación, insuficientes remuneraciones y precariedad laboral y a todo ello se agrega el anuncio de nuevos ajustes en el sector público", señala el documento aprobado por 1.133 congresales de 93 gremios. El 70 por ciento del movimiento obrero, según la propia ponderación de los participantes. (*Clarín*, 15-05).

Paraguay, Sindicalistas desean formar un solo frente de lucha

La conducción de la Unión Nacional de Trabajadores del Estado (UNTE), que anuncia una huelga de 24 horas para el próximo 18, ve con buenos ojos la posible adhesión del Frente Sindical y Social (FSS) y de los gremios disidentes de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT) nucleados en el Movimiento Auténtico de Trabajadores (MTA) a la jornada de protesta contra la privatización de los entes públicos.

Los principales dirigentes de la Coordinadora Obrero Campesina y Popular (COCP) de la UNTE mantuvieron en menos de 48 horas dos reuniones con los líderes del Frente Sindical con el objetivo de conformar un solo frente de lucha e iniciar las movilizaciones de protesta contra la privatización.

El secretario general de la Unte, Aníbal Martínez, manifestó que " estamos de acuerdo plenamente en luchar contra la privatización. En el encuentro hablamos de que sería bueno efectuar un congreso unitario para que participen las bases, porque siempre criticamos cuando se declara una huelga sin escuchar la opinión de los delegados. Creemos que en el futuro se concretará la unificación", indicó.

Mencionó que a la huelga anunciada para el próximo 18, donde se plegarán funcionarios del MOPC, INDI, Corposana, ANNP, ATEP y campesinos de varias organizaciones, piensa reunir a unas 10.000 personas. (Abc, 15-05).

Mudanças na direção da CUT - Brasil

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, deixou ontem a presidência da CUT, a maior central sindical do país, para se dedicar à campanha pela Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP).

O novo presidente da CUT será Kjeld Jakobsen, atual secretário de Relações Internacionais da central e filiado ao Sindicato dos Eletricitários de Campinas (SP). O vice-presidente da CUT, João Vaccari, que deveria assumir o posto, também pedirá afastamento para se dedicar à campanha pela presidência da central. O novo presidente da CUT será escolhido durante o congresso nacional da entidade em agosto.

Criada em 1983, a CUT só teve dois presidentes – ambos do sindicato dos metalúrgicos do ABC. Vicentinho ficou seis anos. Antes dele, o hoje deputado federal Jair Meneguelli ocupou o cargo por 11 anos. A CUT foi a única central sindical brasileira que se manteve unificada desde a sua fundação, sem sofrer subdivisões. Nos últimos dois anos o total de filiados subiu de 5,2 milhões para 6,9 milhões. Os trabalhadores representados pela central atingiram a marca de 21 milhões de pessoas. (FSP, 13/05/2000)

[\(regressar\)](#)

Reunión del Grupo Mercado Común

La negociación fina sobre el “relanzamiento” del Mercosur realizada durante los últimos lunes y martes en Buenos Aires, más allá de su buen clima, no tuvo el tono ampuloso que Argentina y Brasil mostraron al mundo durante el simultáneo Foro Económico del Mercosur realizado en Río de Janeiro. El Grupo Mercado Común (GMC) inventarió una larga lista de problemas -algunos técnicos, otros políticos- que está trabando el libre comercio en el bloque. Además, en 15 días, los socios se intercambiarán sus principales reclamos en materia de libre acceso a los respectivos mercados.

Los coordinadores del GMC elaborarán un memorando con miras a la reunión de ministros de Economía del bloque, prevista para el 9 y 10 de junio en Buenos Aires, que precederá a la cumbre presidencial del 30 de ese mes, también en la capital argentina.

Pequeñas listas

En la lista uruguaya para Argentina sobre obstáculos que aspira a remover a corto plazo está, al tope, el fin del “canal morado” aduanero, por el que pasan el 60% de las exportaciones locales a ese país que supone largas inspecciones físicas y de documentación y demandas de información adicional que entorpecen el comercio, se informó en fuentes diplomáticas. En la lista para Brasil, los principales reclamos serán el de las garantías de acceso al mercado y la eliminación del IFMS, un impuesto estadual del 12% que se paga por el envío de mercaderías de un estado a otro. Para Paraguay se incluirá la demanda de la eliminación de diversos impuestos que el gobierno de ese país ha creado para compensar la caída de aranceles de productos que estaban dentro del régimen de adecuación y que, en los hechos, han sustituido al arancel que cayó.

Probablemente, en la lista que los socios entregarán a Uruguay figurará la prohibición del ingreso de pollos brasileños con el argumento del riesgo de la enfermedad New Castle (Brasil es el tercer exportador de pollos del mundo) y el IMESI que discrimina a los productos locales de los extranjeros, en especial en los cigarrillos y las bebidas alcohólicas.

Temas grandes

Los resabios del proteccionismo de otrora que traban el comercio regional mantienen también temas mayores y de naturaleza más política que técnica, que fueron inventariados en las reuniones de Buenos Aires. Además de los múltiples problemas de fronteras entre los socios del Mercosur, quedan pendientes de solución las perforaciones que se producen al AEC y en las que están en juego, al menos para Uruguay, la pervivencia de diversas industrias -como es el caso de los productos en admisión temporaria- y, en otros casos, el acceso a proveedores que ofrecen mejores precios en el marco de acuerdos bilaterales de los miembros del bloque con otros países. (*El Observador 11/05/00*)

Conflicto Comercial por exportaciones de arroz

El conflicto en el sector arrocerero ingresó ayer en una nueva fase tras la presentación por parte del gobierno brasileño de un recurso que puede determinar el levantamiento del fallo de la jueza de Porto Alegre que impide la exportación del cereal desde Uruguay y Argentina hacia Brasil. Por este mecanismo el gobierno brasileño pidió al tribunal de Porto Alegre que eleve el caso al Tribunal Superior de Brasilia, que es el único que puede suspender la medida. El mecanismo conocido como recurso de suspensión, puede determinar en los próximos días que se reinicie el comercio.

Paralelamente los productores arroceros uruguayos presentarán un recurso hoy que también apunta a revocar el fallo judicial que traba el comercio actualmente.

Tanto el gobierno uruguayo como el brasileño están apoyando con firmeza al sector arrocerero uruguayo, al entender que la traba comercial es un aberración jurídica que atenta contra la estabilidad del Mercosur.

Mientras tanto, el acuerdo de contralor del comercio regional al que se arribó el 31 de marzo en Montevideo quedó en suspenso. En efecto, un comunicado emitido ayer por los industriales arroceros argentinos llamó a suspender la reunión prevista para el 12 de mayo. El mismo afirma que la reunión se suspende a la espera de la fecha en que se levante la medida cautelar brasileña que ha determinado la suspensión a la importación de arroz desde Argentina y Uruguay. *(El Observador 9/05/00)*

Brasil e Argentina divergem sobre dolarização

Os governos do Brasil e da Argentina apresentaram, ontem - último dia da Cúpula Econômica do Mercosul 2000 - posições divergentes sobre uma possível dolarização no Mercosul. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que a adoção do dólar como moeda única não pode ser considerada como alternativa para a região. Já o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Adalberto Rodríguez Giavarini, não descartou o uso da moeda americana, quando o processo de convergência macroeconômica dos países do bloco terminar. Malan argumentou que os membros do Mercosul poderiam ficar em desvantagem em relação ao emissor da moeda, o Governo dos Estados Unidos. Segundo ele, haveria problemas de responsabilidade pela regulação e supervisão bancária do país dolarizado, que não tem qualquer controle e sequer pode dispor da moeda, quando necessitar.

Mas a Cúpula Econômica do Mercosul 2000 não se restringiu às discussões sobre as políticas econômicas da América Latina nem às pendências comerciais no mercado internacional. Os cerca de 700 empresários, economistas, banqueiros e autoridades de 23 países inovaram ao debater questões ligadas a distribuição de renda, desemprego, educação e justiça social. Para o Mercosul, o principal resultado foi a inclusão da agricultura como tema da próxima reunião do Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), em janeiro de 2001. *(O Globo on line, 10/05/2000)*

En busca del Mercosur legislativo

Los legisladores del Mercosur están decididos a alcanzar un mayor protagonismo en el bloque, a la vez que tienen interés en destacar la importancia de su función como representantes del pueblo y de las diferentes regiones sobre las que se expande el mercado común.

Puntualizan la necesidad de ser los catalizadores de los grandes lineamientos políticos que guíen a los Poderes Ejecutivos, que en general están más ocupados en resolver las urgencias coyunturales. No contar con una representación institucional estable con poder de decisión es una de las principales fallas que encuentran los parlamentarios en este tema.

El Tratado de Asunción, constitutivo del bloque, contempla la existencia de una Comisión Parlamentaria Conjunta, que integran legisladores nacionales de los cuatro países. Sin embargo, el papel que cabe a este órgano está lejos de ser protagónico, en un bloque en el que las decisiones son tomadas por representantes de los poderes ejecutivos, cuando no por los presidentes mismos.

Por otra parte, la situación de las provincias, estados o departamentos de los cuatro países es aún peor en términos de representación. Ni hablar de las regiones y áreas con características y problemáticas comunes, que no necesariamente coinciden o respetan fronteras nacionales.

En este contexto, pero fuera del marco institucional del bloque, la Unión de Parlamentarios del Mercosur fue creada en septiembre último en Belo Horizonte, Brasil, como ámbito de reunión anual de los legisladores de las provincias argentinas, los estados brasileños y los departamentos uruguayos y paraguayos.

Precisamente, durante la última reunión de la Unión, realizada en abril en Montevideo, se notó la escasa participación de legisladores argentinos (sólo concurren representantes de la provincia y de la ciudad de Buenos Aires, Córdoba y Mendoza), y la falta de cohesión reinante dentro del bloque nacional.

Por outra parte, el presidente de la Comisión Mercosur de la Cámara de Diputados de la Nación Neme Scheij y el presidente de la sección argentina de la Comisión Parlamentaria Conjunta, Carlos Raimundi, se reunieron el jueves último con el canciller Adalberto Rodríguez Giavarini para plantearle la necesidad de que los legisladores participen del llamado relanzamiento del Mercosur. "Los ministerios de Economía y Relaciones Exteriores tienen sus roles bien definidos en cuanto al proceso de integración. Sin embargo, el Parlamento es el único órgano que representa al pueblo, y ésta es una función de importancia fundamental", aseguraron y destacaron la necesidad de no olvidarse de los aspectos sociales y culturales de la integración, generalmente asociada estrictamente a lo económico.

Los legisladores están decididos a conquistar un espacio en el lugar donde se decide la política del MERCOSUR. (La Nación, 09-05) .

Mercosul cria política comum para compras

O Mercosul vai assinar acordos de livre comércio na área de serviços e discutirá uma política comum de concorrência e de compras governamentais. A novidade, anunciada ontem pelo ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, é fundamental para a livre transação entre empresas prestadoras de serviços na área de engenharia e projetos, telecomunicações e serviços bancários.

O Mercosul já conta com um protocolo negociado sobre serviços, mas as negociações não têm avançado. 'É preciso liberalizar setores específicos entre o Brasil e a Argentina, que têm regulamentos diferentes. Nossas empresas de projetos poderiam estar atuando no mercado argentino não fossem essas barreiras', explica um assessor de Lampreia. (*Gazeta Mercantil*, 10/05/2000)

Chile não será membro pleno

O desejo, reiterado em diversas ocasiões pelo Brasil, de ter o Chile como membro pleno do Mercosul no curto prazo está praticamente frustrado. O ministro da Fazenda, Minas e Energia do Chile, José de Gregorio, disse ontem que o governo de seu país está muito interessado em aumentar o fluxo comercial com o Mercosul. Mas descartou a possibilidade de maiores adesões ao bloco, sobretudo por causa da grande diferença das tarifas de importação praticadas pelo Chile e Brasil, principalmente. 'A tarifa de importação, em nível mais baixo no Chile, é um dos principais obstáculos à adesão ao Mercosul como sócio pleno', admitiu. Ele ressaltou que seu país tem uma lei que determina o gradativo rebaixamento tarifário. A tarifa chilena de importação atinge este ano 9% e cairá para 6% até 2003. A tarifa média de importação praticada pelo Brasil é de 14%. (*Gazeta Mercantil*, 10/05/2000)

Acertada a política do bloco para veículos

A Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai acertaram na semana passada, em Montevideu, a base de uma política automobilística para o Mercosul que prevê tratamentos diferenciados para as economias do bloco. O acordo deverá vigorar a partir de 1º de julho e estabelece regras até 2006. O acordo foi feito após Argentina e Brasil negociarem, em março passado, regras para o comércio bilateral. As discussões dos detalhes do acordo continuarão nesta quarta-feira, em Buenos Aires.

Depois de dois dias de intensas negociações, O Uruguai conseguiu manter várias de suas regras atuais de comércio do setor. Um dos pontos acordados é que o imposto de importação para carros de fora do Mercosul, por cinco anos, será mantido em 23% no país e será de 20% no Paraguai, segundo Sérgio Abreu, ministro uruguaio da Indústria. Argentina e Brasil, responsáveis por 97% da produção de veículos do Mercosul, tinham acertado uma tarifa de 35% para ambos.

A zona de livre comércio no Mercosul começa em 2006, como tinham decididos dois sócios maiores para o comércio bilateral. A data inicialmente prevista era este ano. (*Gazeta Mercantil Latinoamericana* , 08.05.00). [regressar](#)

Declaraciones de la Cámara de Industrias del Uruguay

"Los industriales ya no proponen más medidas para el sector y creen que la competitividad uruguaya es un tema que el gobierno tiene que resolver, en especial si, como quiere el Presidente de la República, hay que duplicar las exportaciones. La estabilidad no alcanza y el tipo de cambio no sirve para exportar en el marco actual", manifestó Daniel Dymestein en nombre de la Cámara de Industrias del Uruguay.

Según dijo "se afirma que no se puede sacrificar la estabilidad de precios y el equilibrio fiscal en aras de aumentar artificialmente la actividad. Y esto es correcto, nadie lo niega. Pero tampoco se puede sacrificar la actividad y tener una recesión tan grande como la que hay en aras del equilibrio fiscal y los precios. Los dos extremos son malos. Es tarea del gobierno encontrar una solución. No sirve tener estabilidad si nadie puede exportar nada y la gente no tiene trabajo".

"Hay algo en lo que todos estamos de acuerdo: si todas las variables económicas externa e internas se mantienen como están hoy, el tipo de cambio que hay en el Uruguay no sirve para exportar. Y este país sale de la recesión que tiene exportando. Si variables como los precios internacionales o los costos internos y muchas más no cambian, es clarísimo que el tipo de cambio no sirve para exportar. Algo se tiene que modificar para que la industria y otras actividades puedan salir adelante, de lo contrario este tipo de cambio no es bueno para los sectores productivos."

"La propuesta de exportar el doble tiene implícito que el gobierno tiene pensado implementar una serie herramientas para que la industria sea capaz de hacerlo". (*El Observador* 12/05/00)

Paraguay: Senado da vía libre al Ejecutivo para privatizar entes del Estado.

Durante una sesión que duró más de 12 horas, la Cámara de Senadores aprobó por mayoría de 28 a 14, el proyecto de ley que presentara el Ejecutivo sobre la privatización o capitalización de los entes públicos, previsto en el artículo 111 de la Constitución Nacional. Esta ley autoriza, por decreto, la reestructuración interna de los organismos de la administración central y de las entidades descentralizadas. Las primeras empresas estatales que serán reestructuradas serán la telefónica estatal, ANTELCO, Obras Sanitarias, CORPOSANA y el Ferrocarril Central Carlos A. López.

"La vía rápida" será la estrategia que utilizará para las privatizaciones el presidente Luis González Macchi, de esta manera no será necesaria la intervención del Legislativo una vez promulgada la Ley. Pero debe esperarse ahora la aprobación de la Cámara de Diputados. (*Agencia Informativa Púlsar*, 10.05.00)

Vasp quer vender suas empresas de aviação

A Viação Aérea de São Paulo, VASP, empresa brasileira de aviação que vive profunda crise econômica quer se desfazer de suas companhias estrangeiras de aviação: a Equatoriana de Aviação, o Lloyd Aéreo Boliviano (LAB) e a Transportes Aéreos de Neuquén S. A. (TANSA). Esta última, uma empresa de transporte regional argentina já estava com o negócio praticamente fechado, quando foi suspensa.

A Vasp, que foi bastante criticada no setor de aviação, quando desviou recursos da sua empresa para se expandir na América do Sul, detém 45% do capital da Equatoriana, 50% do Lloyd's e a Vasp argentina controla 93% da Tansa. O Lloyd's boliviano foi a única empresa, das três, a gerar lucros.

A Vasp vive a sua mais profunda crise. Os seus funcionários estão com os salários atrasados e com a suspensão dos vôos para Europa e Estados Unidos, muitos funcionários foram obrigados a pedir demissão ou licença sem remuneração por até 180 dias. (Valor, 11.05.00)

Brasil negocia novos acordos automotivos

O Brasil está negociando novos acordos bilaterais automotivos com o Chile e África do Sul, a exemplo do acertado na semana passada com o México. A informação foi dada ao Valor pela vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e diretora de assuntos governamentais da Volkswagen, Elizabeth de Carvalhaes. A possibilidade de um acordo automotivo com a África do Sul já vinha sendo discutida e avançou muito, segundo Elizabeth, durante o Mercosur Economic Summit 2000, encerrado ontem no Rio de Janeiro. Em junho, uma missão governamental e empresarial irá à África do Sul para dar início às discussões, de forma que o acordo seja fechado em no máximo seis meses. A expansão para a África do Sul abre boas oportunidades comerciais, já que o país produz 350 mil veículos ano e fabrica todas as marcas existentes no Brasil. O acordo seria de trocas de kits de autopeças, sem a obrigatoriedade de compras.

O acordo automotivo com o Chile, cujas negociações estão bem mais avançadas, inclusive quanto a volume de cotas, será assinado até julho. Todos os automóveis fabricados no Brasil com alto conteúdo de componentes locais poderão ser exportados pelas montadoras sem limites de cotas. Já as exportações dos carros com baixo índice de componentes nacionais terão limites fixados por volume de cotas. (*Valor on line, 10/05/2000*)

Barreiras para a entrada dos transgênicos no Brasil

O Ministério da Agricultura criou a instrução normativa que define as regras para importação de produtos geneticamente modificados. Se a nova determinação entrar em vigor, produtos de países onde o plantio de transgênicos está liberado só desembarcam no Brasil com parecer conclusivo da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Na prática, essa medida impede a entrada de todas as cargas importadas de parceiros comerciais como EUA, Canadá e Paraguai, especialmente no caso de produtos como milho e trigo.

A iniciativa do Ministério da Agricultura vai estender a discussão do assunto por todo o governo, que não tem uma posição única sobre o tema. Até agora, a fiscalização dos ministérios da Saúde, Agricultura e Meio Ambiente atua apenas quando existe denúncia. (*Valor on line, 10/05/2000*)

Canadá vai impor represálias ao Brasil

O Canadá pedirá autorização à Organização Mundial do Comercio (OMC) para aplicar retaliações ao Brasil no valor de 5 bilhões de dólares canadenses (o equivalente a US\$ 3,3 bilhões), distribuído em sete anos. Esse total equivale às vantagens que o Canadá avalia que o governo brasileiro concedeu à Embraer em prejuízo das vendas da Bombardier. (...)

Obtida a autorização da OMC o Canadá poderá buscar compensações para suas pretensas perdas aplicando , por exemplo, sobretaxas às exportações brasileiras de carne, café, vegetais, artigos de couro, de madeira, sapatos, têxteis, papel, máquinas, ferramentas , etc. (...) O governo FHC com sua política vacilante , que "ruge como leão diante dos fracos e mia como gato com os fortes", nas palavras do Deputado José Genoíno, está tentando uma discreta conciliação . Segundo o jornal canadense *Globe and Mail* , o "Brasil experimentou oferecer à Bombardier.Inc. acesso privilegiado aos projetos governamentais de infra-estrutura, como parte de uma tímida tentativa de resolver a amarga guerra comercial".

O Canadá, como todos os países ricos usa a formula do "faça o que eu digo e não faça o que eu faço " . Ele despeja milhões de dólares de dinheiro publico para favorecer as exportações das grandes corporações do país . Ainda recentemente repercutiram fortemente as denúncias de que a Export Development Corporation emprestou Can\$ 1 bilhão para a empresa estatal americana Amtrak, que em contrapartida contratou a Bombardier para a construção do trem bala entre Boston e Washington .

A EDC tem sido criticada por manter mais de 22 bilhões de dólares em empréstimos secretos e por ter recentemente perdoado dividas no estrangeiro no valor de mais de Can\$ 2,8 bilhão . São esses subsídios que fizeram da Bombardier uma empresa que faturou Can\$ 11,5 bilhões

no ano passado . E que tem bons contatos políticos: entre 1992 e 1998 a Bombardier fez contribuições políticas ao Partido Liberal, no poder, de exatos Can\$ 447.615.

A Organização Mundial de Comércio (OMC) marcou para o próximo dia 22 uma reunião do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), pedida pelo Canadá para obter a autorização de retaliação. Nessa reunião, o Brasil vai bloquear o pedido e solicitará um grupo de arbitragem (três juizes) para examinar o montante da retaliação. Ao mesmo tempo, recorrerá ao Órgão de Apelação - outro grupo de três juizes - contra a decisão do panel desfavorável ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Assim, só em meados de agosto haverá uma nova decisão na OMC. Isso deixa dois meses para Brasília e Ottawa tentarem uma solução bilateral na maior disputa no comércio internacional para os dois países. (*CUT/CNM Internacional, 11.05.00*) (*Gazeta Mercantil, 12/05/2000*)

Brasil vai propor ao Canadá a abertura mutua de mercados

O governo brasileiro vai enviar carta ao governo canadense propondo uma recíproca abertura de mercados, em vez do uso mútuo de retaliações comerciais, para resolver o conflito Embraer- Bombardier. A informação foi dada pelo embaixador José Alfredo Graça Lima, subsecretário-geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Itamaraty. Graça Lima entende que as concessões comerciais poderiam compensar os interesses frustrados dos dois lados e evitariam uma guerra de retaliações "que somente serviria para trazer prejuízos para o Brasil e o Canadá e, especialmente, para os setores que nada têm a ver com esse conflito.

As concessões de ambos os lados dificilmente poderão se resumir a reduções nas tarifas de importação de produtos canadenses e brasileiros. Pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), a diminuição desses percentuais devem ser estendidas a todos os demais países interessados. O Brasil ainda tem outro problema: o Imposto de Importação é regido pela TEC (Tarifa Externa Comum), válida nos quatro países do Mercosul. Para o Brasil, a solução poderá ser a abertura de mercado para as empresas canadenses nos setores de serviços e nos processos de compras governamentais. O Canadá, por sua vez, poderá derrubar barreiras não-tarifárias e outras restrições a produtos brasileiros como o café em grãos, o açúcar e os minérios. (*Valor on line, 12/05/2000*)

Primer paso en Paraguay para privatizar las empresas públicas

El gobierno de Luis González Macchi obtuvo un avance fundamental hacia la privatización de la telefónica estatal, tras conseguir ayer la media sanción del Senado para vender la compañía, junto con otras empresas del sector público.

Los empleados públicos, unos 200.000 (sobre una población de poco más de 5.000.000), anunciaron inmediatamente movilizaciones, huelgas y desafiliación masiva del coloradismo, al tiempo que proclamaron "voto castigo" para el candidato oficial Félix Argaña, que debe pugnar por la vicepresidencia el 13 de agosto ante el candidato del Partido Liberal Julio "Yoyito" Franco.

Roberto Colmán, líder del poderoso Frente Sindical de empleados públicos, dio a conocer un plan de movilizaciones y advirtió que el gobierno "va a conocer el poder de nuestra unión y nuestra fuerza".

Profundamente divididas, las centrales sindicales se invitaban ayer a "la unión mediante la acción" para defender sus intereses y convocaron a sus reuniones a movimientos campesinos cuyos líderes, a su turno, anunciaron cortes de ruta la próxima semana.

El sorpresivo tratamiento del proyecto de ley en el Senado, votó 28 contra 16 a favor de la privatización de la telefónica (cotizada en unos 800 millones de dólares) y que alcanzó también al servicio de agua y la antigua empresa de ferrocarriles.

Dejaron en suspenso otras seis, entre las más importantes, la compañía de luz, la cementera estatal y la distribuidora de petróleo. Todas juntas reúnen a poco más de 15.000 empleados.

González Macchi, virtualmente recibió un ultimátum de los organismos internacionales, el BID, el BM y el FMI, por EE.UU. y la Unión Europea, para que impulse la reforma del Estado a cambio de apoyo a su gobierno, cuya estabilidad es tan fuerte como un escarbadientes, según acostumbran a graficar algunos dirigentes de la oposición.

Políticos colorados disidentes fustigaron a Macchi por impulsar las privatizaciones y vaticinaron que "esto es el comienzo del fin del Partido Colorado" de Paraguay.(Clarín, 10-05).

Rechazan cambios los autopartistas

Los miembros de la Asociación de Fábricas Argentinas de Componentes (AFAC) afirmaron que, tras la firma de las pautas generales del acuerdo automotor entre la Argentina y Brasil, las fábricas de partes comenzaron a recibir llamadas de las terminales automotrices para poner en marcha nuevos proyectos.

Por tal motivo, rechazan cualquier tipo de cambio en el régimen ya firmado. "El acuerdo no es brillante para ningún sector ni país. Lo que significa que no es malo para nadie", dijo el presidente de AFAC, Ricardo Damato.

Estos efectos positivos producidos por el convenio automotor suscripto entre ambas naciones podrían ser "neutralizados" si prospera la intención brasileña de incluir cambios sobre los puntos ya firmados.

Al respecto, el titular de AFAC afirmó que "la presión del gobierno brasileño de revisar lo acordado con la Argentina el pasado 23 de marzo genera una gran incertidumbre, la cual perjudica principalmente a las inversiones por realizarse en nuestro país en todo el sector automotor".

Los empresarios dijeron que la forma bajo la cual se controlará el intercambio compensado entre ambos países debería ser por empresa y antes de las operaciones. Esto significa que, para poder importar, una terminal automotriz debería presentar antes el certificado de las exportaciones realizadas, y no al revés. "Porque si no las multas nunca se cumplen", señaló Damato.

Por ultimo, en AFAC creen que para lograr que se cumpla con el contenido mínimo de partes hechas en el país que deberán tener los autos las multas tendrían que ser realmente importantes.(La Nación, 12/05/00) ([regresar](#))

Relações Externas

OMC reafirma que taxa de aço é ilegal

A decisão não é uma surpresa, mas nem por isso deixa de ser comemorada pelos exportadores de aço para o mercado norte-americano. O Órgão de Apelação da Organização Mundial de Comércio (OMC) confirmou que os Estados Unidos agem ilegalmente ao impor sobretaxas sobre importação de certos produtos siderúrgicos de ex-estatais da Grã-Bretanha. O relatório final do Órgão de Apelação reafirma conclusão do panel (comitê de investigação), em dezembro, de que o Departamento de Comércio dos Estados Unidos errou ao concluir que os benefícios de subsídios dados à estatal British Steel pelo governo britânico continuaram quando a firma foi privatizada quase dez anos depois, em 1988.

Os juizes deixam assim claro que os Estados Unidos não podem impor sobretaxas contra importações por causa de subvenções recebidas pelas companhias exportadoras antes de sua privatização.

A decisão do Órgão de Apelação da OMC não surpreendeu os principais exportadores brasileiros de aço para os Estados Unidos, que ainda mantêm uma posição de cautela em relação às medidas que autoridades americanas vão tomar em relação às sobretaxas impostas, principalmente aos laminados a frio, produto de maior valor agregado. Rinaldo Campos

Soares, presidente da Usiminas, foi lacônico. 'Ficamos felizes com a decisão, mais ainda é cedo para comentá-la'. (Gazeta Mercantil, 12/05/2000)

Comité de Negociaciones Bilaterales MERCOSUR – UE

Entre los días 6 y 7 de abril se reunió en Buenos Aires el Comité de Negociaciones Bilaterales –CNB-. Esta reunión conformó la primera ronda de negociaciones entre el MERCOSUR y la UE con la intención de llegar a la firma de un Acuerdo de Asociación Interregional entre ambos bloques.

De esta instancia negociadora ha salido apenas un documento borrador con las Conclusiones en inglés como única versión, donde se hace una rápida evaluación del camino recorrido y se esbozan los objetivos, principios, metodologías y la estructura de los grupos de trabajo programados para tratar tres grandes áreas de negociación entre la Unión Europea y el MERCOSUR: diálogo político, cooperación y temas comerciales.

Según este documento borrador las **negociaciones sobre diálogo político** tendrán como objetivo darle un nuevo impulso a este mecanismo en el marco del Acuerdo de Asociación a concretarse entre las partes. En cuanto a las **negociaciones sobre formas de comercio** el objetivo principal será lograr negociaciones comprehensivas y resultados balanceados, sin sectores excluidos aunque teniendo en cuenta la sensibilidad de ciertos productos y sectores de servicios y en conformidad con la normas de la OMC. A su vez el resultado de las negociaciones deberá constituir un “single undertaking” y será implementado por las partes como un todo indivisible.

La organización de los trabajos se basará sobre una estructura de grupos técnicos. En un principio serán creados tres grupos: Grupo Técnico 1- que se ocupará de comercio de bienes, aranceles y restricciones no arancelarias, incluyendo medidas sanitarias y fitosanitarias; normas técnicas y procedimientos de evaluación de la conformidad; medidas antidumping y salvaguardias; normas de origen; procedimientos aduaneros y asistencia mutua en temas aduaneros. Grupo Técnico 2- que tendrá a su cargo los temas relativos a comercio de servicios; derechos de propiedad intelectual y medidas para lograr un clima de apertura y no discriminación para las inversiones. Por último el Grupo Técnico 3- tratará los temas relacionados a procedimientos gubernamentales; competitividad y solución de controversias. Los trabajos comenzarán en junio del 2000 para finalizar a mediados del 2001 y consistirán en intercambio de información en las áreas de negociación; discusión sobre objetivos específicos y modalidades sobre medidas no arancelarias; formas de tratar los obstáculos no arancelarios al comercio e intercambio de documentos de trabajo.

En cuanto a las **negociaciones sobre cooperación** el objetivo sería actualizar el nivel y mejorar la calidad y el espectro de la cooperación entre ambos bloques. La futura cooperación a ser incluida en la Acuerdo Interregional debería focalizarse en la asistencia técnica a los esfuerzos del MERCOSUR para adaptarse a las exigencias que se requerirán para que ambos bloques lleguen a la integración buscada. Para ello se contará con tres subgrupos de trabajo sobre cooperación económica, cooperación social y; cultural y cooperación financiera y técnica (Secretaría Técnica/CCSCS, 04/05/2000) ([regressar](#))

Notas e Correspondências

Estudos do BNDES

Estão disponíveis na página do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dois interessantes estudos produzidos em abril deste ano pela equipe de pesquisadores do banco brasileiro .

O primeiro, "Industria Automobilística no Mercosul" está disponível em

www.bndes.gov.br/publica/informe.htm#auto.

No mesmo endereço pode ser baixado também o estudo "Desempenho da Industria Automobilística na Argentina e no Uruguai " .

[\(regressar\)](#)

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Coordenação- Ma. Silvia Portella de Castro



cesint@uol.com.br

cesint@sinectis.com.ar

cesi@y.com.uy